

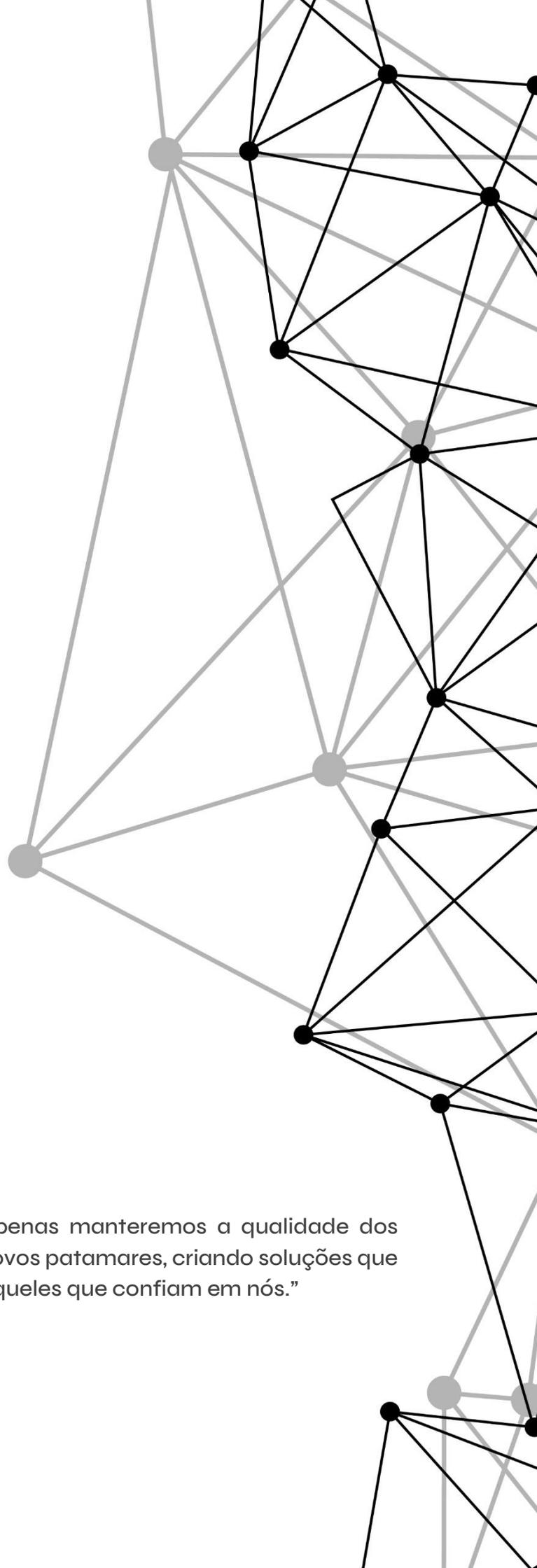
# Relatório

## Atividade e Contas

2024



Santa Casa da Misericórdia de Lousada



“Com ambição e determinação, não apenas manteremos a qualidade dos nossos serviços, mas elevá-los-emos a novos patamares, criando soluções que impactem e melhorem a vida de todos aqueles que confiam em nós.”

# Índice.

Introdução.....	4
Destaques Atividade.....	5
Desempenho Operacional .....	6
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas .....	7
Serviço de Apoio Domiciliário.....	9
Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Lousada .....	11
Centro de Bem Estar Infantil Visconde de Sousela e Isabel Maria - Creche .....	13
Hospital de Lousada.....	15
Outros Serviços de Apoio a Comunidade.....	17
Recursos Humanos.....	19
Desempenho Financeiro.....	21
Anexo .....	31
Ata do Conselho Fiscal.....	52
Ata da Mesa Administrativa.....	53
Certificação Legal das Contas.....	54

# Introdução.

Aos Prezados Irmãos,

De harmonia com o estabelecido na Lei do Compromisso, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lousada (SCML), vem submeter à discussão, votação e aprovação da Assembleia-Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas, Parecer do Conselho Fiscal e Certificação das Contas referentes ao exercício económico de 2024.

O ano de 2024 foi um ano de crescimento, inovação e consolidação do nosso posicionamento como uma Instituição de referência na área social e da saúde.

Com uma visão ambiciosa e um compromisso inabalável com a excelência, continuamos a crescer com solidez, a diversificar os nossos serviços e a apostar na qualificação das equipas, reforçando a qualidade e o impacto do nosso trabalho na comunidade.

Nada disto seria possível sem o empenho e dedicação dos nossos colaboradores, a confiança dos utentes e das suas famílias, e o apoio inestimável dos nossos parceiros. Este relatório não é apenas um registo do que alcançámos em 2024, mas um testemunho da nossa pretensão de liderar, inovar e marcar a diferença.

Com ambição e determinação, não apenas manteremos a qualidade dos nossos serviços, mas elevá-los-emos a novos patamares, criando soluções que impactem e melhorem, de forma duradoura, a vida de todos aqueles que confiam em nós.

José Diogo Gonçalves Fernandes  
Provedor da Sana Casa da Misericórdia de Lousada



# Destques

## Atividade.

- Crescimento dos Serviços: Expansão da capacidade assistencial no Hospital de Lousada e implementação de novos programas de apoio social nas respostas sociais, garantindo melhor cobertura e qualidade nos cuidados prestados;
- Investimento e Modernização: Melhorias nas infraestruturas e aquisição de novos equipamentos para otimizar a eficiência dos serviços de saúde e apoio social.
- Gestão Sustentável: Adoção de medidas de controlo de custos e otimização de recursos, garantindo um aumento da rentabilidade e equilíbrio financeiro.
- Formação e Qualificação: Reforço da capacitação das equipas, promovendo a melhoria contínua dos serviços e o desenvolvimento profissional dos colaboradores.
- Resultados Financeiros Positivos: Aumento das receitas e maior eficiência na gestão das despesas, consolidando a sustentabilidade da instituição.

# Desempenho Operacional.

A Santa Casa da Misericórdia de Lousada mantém o seu compromisso com a excelência e inovação nos serviços prestados, garantindo uma resposta abrangente e eficaz às necessidades da comunidade.

O ano de 2024 foi marcado por um crescimento sustentado e pela consolidação das diversas valências operacionais, reforçando o impacto positivo da instituição em cada etapa da vida dos nossos utentes.

A implementação de um modelo de gestão orientado para a eficiência operacional permitiu maximizar a alocação de recursos e otimizar os processos internos, garantindo um melhor controlo de custos e uma melhoria contínua dos serviços prestados.

Os investimentos estratégicos em infraestruturas, tecnologia e formação das equipas possibilitaram a reestruturação de serviços essenciais, resultando num aumento da eficiência operacional e na elevação dos padrões de qualidade assistencial. A monitorização rigorosa de indicadores de desempenho e a adoção de práticas de gestão baseadas em dados permitiram tomadas de decisão mais ágeis e assertivas, consolidando a sustentabilidade da instituição e garantindo um impacto social cada vez mais significativo.



## Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

O conceito de envelhecimento ativo e saudável é fundamental para a qualidade de vida dos nossos idosos, garantindo-lhes autonomia e bem-estar pelo maior tempo possível. No entanto, a realidade demonstra que muitos idosos necessitam de apoio especializado e permanente, sobretudo quando a retaguarda familiar não é suficiente.

As Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) Sousa Freire e Lúcia Lousada continuam a ser um suporte essencial para os nossos utentes, proporcionando alojamento, alimentação, higiene pessoal, cuidados de conforto, apoio psicossocial, cuidados de enfermagem e médicos, assim como atividades de estimulação e lazer.

### Indicadores da valência

- **Capacidade:** ERPI Sousa Freire (60 utentes com Acordo de Cooperação) e ERPI Lúcia Lousada (48 utentes, sendo 30 com Acordo de Cooperação e 18 em regime particular);
- **Perfil dos utentes:** 55% dos utentes da ERPI Sousa Freire e 65,22% da ERPI Lúcia Lousada têm mais de 80 anos;

- Grau de dependência: 19,81% dos utentes são grandes dependentes e 24,53% são dependentes;
- Saúde cognitiva: 25% dos idosos na ERPI Sousa Freire e 43,48% na ERPI Lúcia Lousada têm diagnóstico confirmado de demência, e outros 25% e 21,74% respetivamente têm suspeita da doença;
- Apoio familiar: Apesar de 91,51% dos utentes terem retaguarda familiar, as famílias frequentemente não conseguem garantir os cuidados necessários, tornando imprescindível a existência destas respostas sociais;
- O custo médio mensal por utente continua a superar as comparticipações da Segurança Social. O subsídio mensal por idoso é de 573,53€, enquanto o custo real na ERPI Sousa Freire ascende a 1.617,74€ e na ERPI Lúcia Lousada a 1.726,39€. Este desequilíbrio financeiro exige um esforço contínuo da instituição para assegurar a sustentabilidade dos serviços prestados.

### Investimentos na Qualidade dos Cuidados

Com o compromisso de melhorar continuamente a qualidade de vida dos nossos utentes, foram reforçados os seguintes eixos de intervenção:

- **Fisioterapia**: Continua a ser uma prioridade para a manutenção da mobilidade, prevenção de quedas e melhoria da qualidade de vida;
- **Estimulação cognitiva**: Implementação de um plano de intervenção multidisciplinar para apoio a utentes com demência e doenças neurodegenerativas;
- **Atividades de bem-estar e lazer**: Promoção de dinâmicas ocupacionais que incentivam o relaxamento e o equilíbrio emocional dos utentes.

Com estas iniciativas, reforçamos o compromisso de proporcionar um envelhecimento digno e ativo, garantindo aos nossos idosos um ambiente de conforto, segurança e qualidade de vida.



## Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) assume um papel essencial no suporte a idosos e pessoas dependentes que pretendem permanecer no seu domicílio, preservando a sua autonomia e qualidade de vida.

Esta resposta social tem como objetivo proporcionar um conjunto diversificado de serviços individualizados e personalizados, assegurando o bem-estar dos utentes e garantindo um envelhecimento mais digno e seguro.

### Indicadores da valência

- Capacidade: Acordo de cooperação com a Segurança Social para 36 beneficiários;
- Taxa de ocupação: 97,22% de lugares ocupados;

- Movimentação de utentes: 6 admissões e 7 cessações (2 por falecimento, 4 por integração em Centro de Dia e 1 em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas);
- Perfil dos utentes: A faixa etária com um maior número de utentes situa-se entre os 75 e 79 anos (17,14%);
- Grau de Dependência dos Utentes: 42,86% são autónomos e 27,71% são parcialmente dependentes;
- Apoio familiar: 85,71% dos utentes possuem uma rede de suporte familiar ou cuidador informal. Os restantes 14,29% estão em situação de maior vulnerabilidade, exigindo um acompanhamento mais atento por parte da equipa do SAD;
- Atividades de Promoção de Bem-Estar: Em 2024 foi realizado o convívio de utentes no São Martinho e a realização da Festa de Natal com todos os utentes de SAD. Ambos os eventos tiveram um impacto muito positivo no combate à solidão, promovendo momentos de lazer e socialização entre utentes;
- Avaliação de Satisfação dos Utentes: 40% dos utentes muito satisfeitos e 60% dos utentes satisfeitos. Todos os utentes recomendariam o serviço a terceiros.

O SAD disponibiliza um vasto leque de serviços adaptados às necessidades dos utentes. Em 2024, verificou-se um aumento significativo na procura de cuidados de higiene pessoal, mantendo-se a elevada solicitação dos serviços de fornecimento de alimentação e tratamento de roupa. Para além dos serviços contratualizados, a equipa assegura a marcação de consultas e exames médicos, aquisição de medicação e bens essenciais, como fraldas e produtos de higiene pessoal.

### Investimentos na Qualidade dos Cuidados

O SAD destaca-se como uma alternativa essencial a outras respostas sociais, permitindo que os utentes permaneçam no seu ambiente familiar com o suporte adequado. O investimento e fortalecimento desta valência continuará a ser uma prioridade, visando:

- O combate ao isolamento e à solidão;
- O reforço da inclusão e solidariedade na comunidade;
- A melhoria dos serviços através da formação contínua das equipas e da modernização da estrutura.



## Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Lousada

Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Lousada (CACIL), tem desempenhado um papel fundamental no apoio aos cuidadores informais (CIs), promovendo a capacitação, acompanhamento e alívio da sobrecarga associada ao cuidado diário de pessoas dependentes.

Desde 2019, foram identificados 881 cuidadores e, em 2024, 231 foram acompanhados de forma regular, prestando cuidados a um total de 638 pessoas.

### Indicadores da valência

- Numero de Cuidadores Informais identificados: 881 (555cuidadores principais e 326secundários). Em 2024 foram acompanhados de forma regular 231 CIs o que corresponde a 638 pessoas cuidadas (PCs);

- Perfil dos Cuidadores Informais: 85,4% são do sexo feminino, com uma predominância da faixa etária entre os 41 e 65 anos (72%). Cerca de 48% dos cuidadores apresentam problemas de saúde e 74,5% relatam um agravamento do seu estado de saúde devido às exigências do cuidado diário;
- Motivos que originaram a necessidade de CIs: doença crónica (30%), deficiência congénita (26.8%), demência (26.%) e AVCs (24%). Há PCs com mais do que 1 doença (comorbilidade) que gera a dependência;
- Intervenções realizadas em 2024: 2.178 diligências, incluindo 808 articulações, 506 entrevistas presenciais, 820 atendimentos telefónicos e 90 visitas domiciliárias;
- Bolsa 'Lousada Cuida': 28 CIs beneficiaram de substituição e 30 foram capacitados;
- Projeto 'Cuidar+': Financiado pelo BPI Fundação 'la Caixa', incluiu formação de 50 horas em *Snoezelen* e a criação de uma Sala Multissensorial Comunitária, que apoiou 231 CIs e 261 PCs num total de 1256 sessões de *Snoezelen*;
- Atividades de Promoção de Bem-Estar: 55 CIs usufruíram de massagens e 44 de *Snoezelen*;
- Sessões psicoeducativas e de capacitação: 7 grupos psicoeducativos e 12 ações de capacitação;
- Eventos e ações de sensibilização: Realização do piquenique de verão, do 'Convívio Cuidar' com 200 participantes e do Mês Municipal do Cuidador Informal;
- Atividades solidárias: Workshop de Dança Solidária, Caminhada Solidária e Sunset Solidário para angariação de fundos.

## Investimentos Futuros

Em resposta a esta realidade, foi submetida uma candidatura ao Portugal Inovação Social para financiamento da Bolsa 'Lousada Cuida', com o apoio da autarquia e de cinco empresas locais como investidores sociais. Este projeto visa reforçar o apoio aos cuidadores informais, garantindo a continuidade e expansão desta resposta fundamental para a comunidade.



## Centro de Bem Estar Infantil Visconde de Sousa e Isabel Maria - Creche

O Centro de Bem Estar Infantil Visconde de Sousa e Isabel Maria desempenha um papel essencial no desenvolvimento infantil, sendo muitas vezes a primeira experiência das crianças num ambiente estruturado fora do seu meio familiar.

A qualidade dos cuidados recebidos nesta fase inicial é determinante para o seu desenvolvimento futuro, tornando esta resposta social um pilar fundamental da instituição.

### Indicadores da valência

- Capacidade: 92 utentes, com ocupação de 100%;
- Abrangência: Todas as crianças beneficiam da gratuidade prevista na Portaria n.º 198/2022, ao abrigo do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social;

- Projeto pedagógico: Desenvolvido de acordo com as necessidades e interesses das crianças, promovendo um ensino holístico, humanizado e individualizado.

O plano anual de atividades foi cumprido integralmente, proporcionando experiências lúdicas e educativas que promovem o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das crianças.

Destacam-se atividades como a exploração sensorial, projetos artísticos, expressão musical e corporal, bem como a realização de festividades temáticas que envolvem as famílias na dinâmica da creche.

A creche da Misericórdia de Lousada aposta fortemente na qualidade pedagógica, dispondo de uma equipa multidisciplinar especializada, que assegura um ambiente seguro e estimulante para o crescimento das crianças.

O envolvimento das famílias é incentivado através de reuniões periódicas, sessões de esclarecimento e participação em atividades, fortalecendo a relação entre o contexto educativo e familiar.

A humanização dos serviços prestados reflete-se no acompanhamento individualizado, respeitando o ritmo de cada criança e garantindo o seu bem-estar integral. A aposta na formação contínua dos profissionais permite a implementação das melhores práticas educativas, contribuindo para um serviço de excelência.



## Hospital de Lousada

O Hospital de Lousada consolidou-se como uma unidade de saúde de referência, pautando a sua atividade pela eficiência operacional, qualidade assistencial e acessibilidade aos serviços prestados.

Com uma estratégia assente na otimização de processos e na inovação tecnológica, procuramos garantir a excelência clínica e uma experiência positiva a todos os nossos utentes.

A estrutura hospitalar engloba múltiplas áreas de produção clínica, incluindo um serviço de Consulta Externa com mais de 30 especialidades, Imagiologia equipada com tecnologia de última geração para Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT's), Internamento Cirúrgico e de Medicina, Bloco Operatório, Análises Clínicas, Centro de Reabilitação e Atendimento Permanente disponível 24 horas.

O ano de 2024 foi marcado por um crescimento sustentado em linhas de atividade hospitalar chave, tais como o Bloco/Internamento e a Unidade de Internamento Integrado, reflexo de uma abordagem estratégica baseada na análise de dados operacionais e na implementação de medidas de melhoria contínua.

O reforço da capacidade de resposta, aliado a uma política de rigor na gestão de custos e investimentos, permitiu não só a maximização da rentabilidade operacional e o reforço da nossa competitividade no setor, como também a elevação dos padrões de qualidade dos cuidados de saúde prestados, melhorando a experiência do utente.

A integração de novas práticas assistenciais e o aperfeiçoamento dos fluxos operacionais resultaram em ganhos de eficiência substanciais, refletindo-se numa maior celeridade nos tempos de resposta, melhor gestão dos internamentos e aumento da eficácia dos tratamentos.

Através de uma abordagem proativa e diferenciada, o Hospital de Lousada posiciona-se como um polo de excelência na prestação de cuidados de saúde, consolidando-se como uma unidade de referência, reconhecida pela qualidade clínica e pela capacidade de adaptação às crescentes exigências do setor.

#### Indicadores da Valência

25.689

Atendimento Permanente

17.997

Análises Clínicas

53.997

Consulta Externa

34.756

Imagiologia

7.382

Medicina Física e  
Reabilitação

3.811

Bloco /Internamento

145

Pequena Cirurgia

10.816

Unidade de Cuidados  
Continuados

12.759

Unidade de Internamento  
Integrado

## Outros Serviços de Apoio a Comunidade



### Cantina Social

A Cantina Social reflete o compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lousada com a inclusão social e apoio as famílias em situação de carência extrema. Integrada numa rede social de suporte existente no concelho, esta resposta identifica e apoia os utentes mais vulneráveis, garantindo-lhes o acesso a uma alimentação adequada.

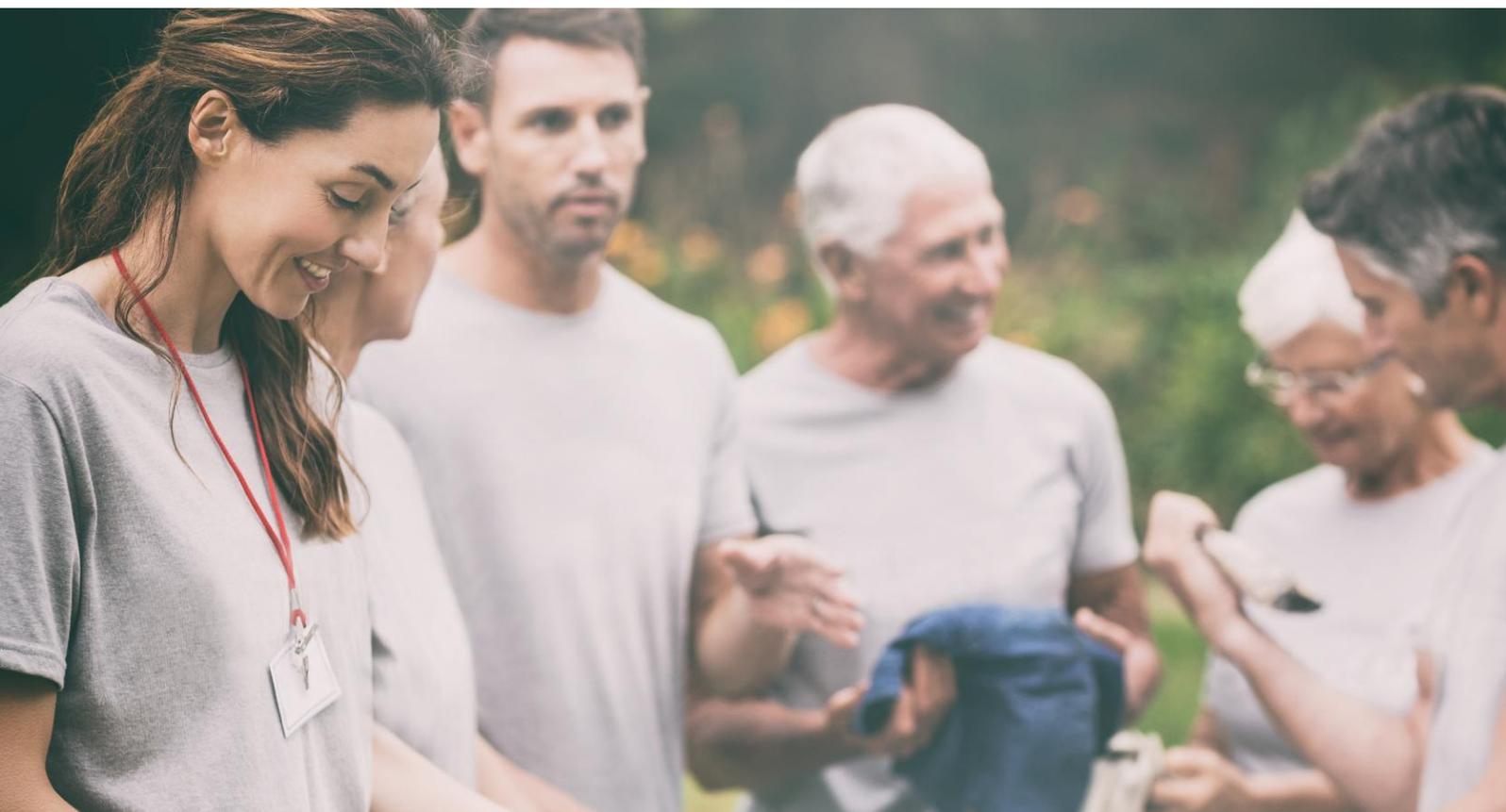
- Refeições fornecidas em 2024: 2.196.



### Loja Social “Mão Amiga”

A Loja Social “Mão Amiga” é um serviço da Santa Casa da Misericórdia de Lousada que disponibiliza, de forma gratuita ou a preços simbólicos, vestuário, calçado e outros bens essenciais, incluindo artigos de puericultura. O seu principal objetivo é apoiar famílias em situação de carência económica, garantindo-lhes acesso a bens fundamentais para o seu dia a dia.

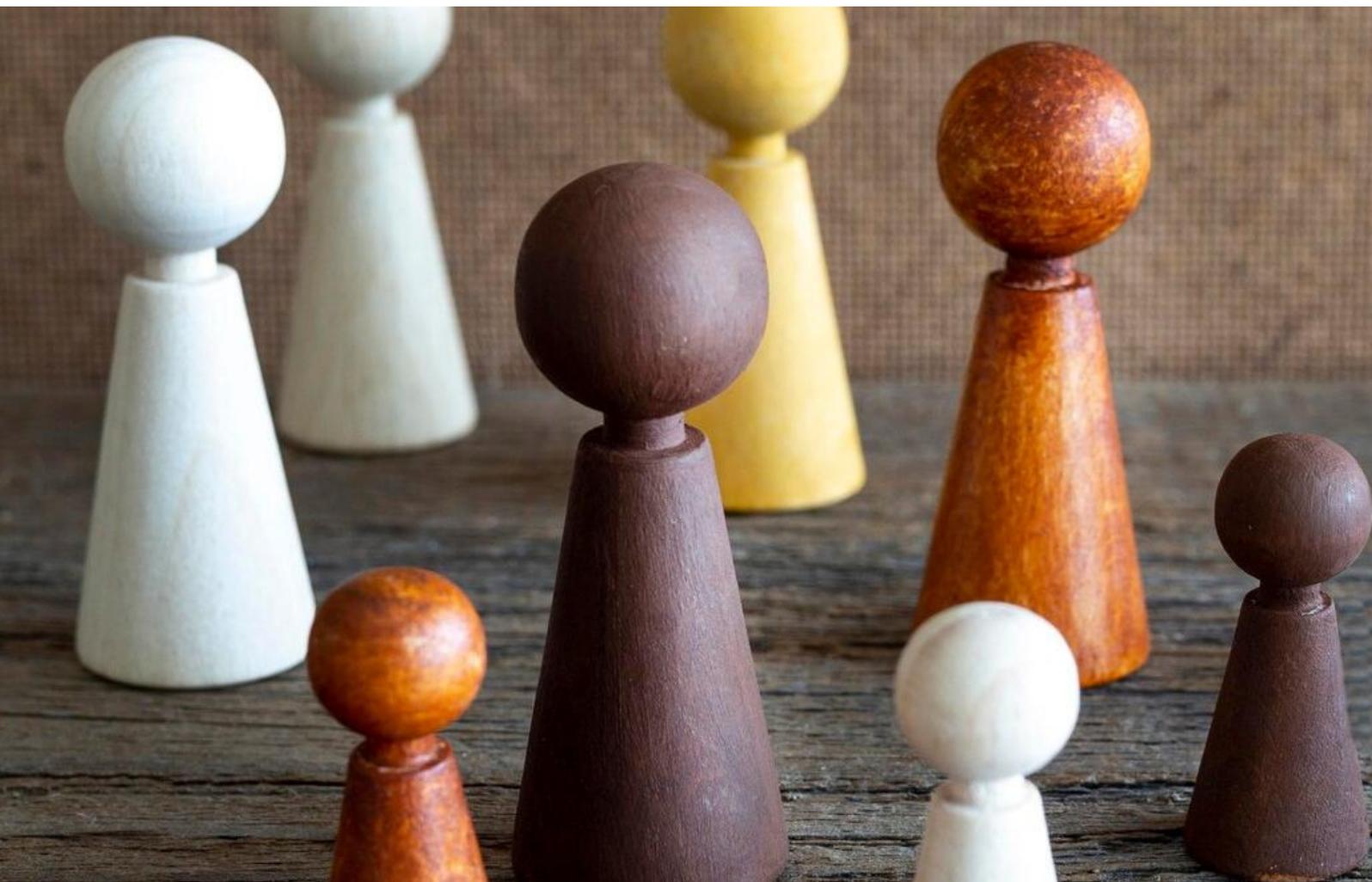
- Famílias apoiadas em 2024: 73.



## Comissão Integrada para Idosos e Adultos Dependentes (CIAD)

A evolução demográfica do País evidencia o aumento da população idosa e da dependência funcional. Em resposta a esta realidade, a CIAD promove a participação ativa da comunidade, promove o envolvimento de entidades públicas e privadas na intervenção social e dota os profissionais de conhecimentos e competências fundamentais para um melhor acompanhamento dos idosos e adultos dependentes.

- Formações realizadas em 2024: Ciclo de formações direcionadas a colaboradores e cuidadores informais.
- Parcerias estabelecidas: UCC Lousada - ACeS Tâmega III - Vale do Sousa Norte, Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa, Complexo Social de Lousada e SCML (na área da psicologia).
- Eventos: Comemoração do Dia Internacional do Idoso com a realização dos primeiros Jogos sem Fronteiras Sênior, com o tema "As Vindimas".



## Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos tem sido um pilar estratégico na consolidação e crescimento da Misericórdia de Lousada, garantindo a adequação das equipas às exigências operacionais, promovendo a capacitação contínua dos colaboradores e otimizando a eficiência global da instituição.

A evolução do quadro de pessoal reflete uma aposta no reforço qualitativo e quantitativo dos recursos humanos, alinhada com a complexificação e expansão dos serviços prestados.

### Indicadores do departamento

- Número de colaboradores: 268, com um crescimento sustentado em várias áreas estratégicas;

- Distribuição de colaboradores: O Hospital de Lousada representa 58,58% do total de recursos humanos, seguido pelas ERPI's, Creche, Serviço de Apoio Domiciliário e outras valências;
- Qualificação dos colaboradores: 32,46% possuem licenciatura ou grau superior, enquanto 43,28% têm o 12º ano, reforçando a tendência de qualificação crescente dos profissionais;
- Formação profissional: Em 2024 foram realizadas diversas ações de capacitação, abrangendo diferentes áreas técnicas e comportamentais, com o objetivo de reforçar a qualidade e eficiência dos serviços prestados. No total, foram realizadas 23 ações de formação, envolvendo mais de 400 participações de colaboradores;
- Absentismo e medidas de gestão: A taxa de absentismo foi acompanhada de forma rigorosa, com implementação de medidas preventivas para minimizar impactos operacionais. Estratégias como reorganização das equipas e melhoria das condições de trabalho foram fundamentais para garantir a continuidade e eficiência dos serviços.

A instituição manteve um rigoroso controlo sobre a estrutura de custos com pessoal, garantindo um equilíbrio entre a necessidade de reforçar equipas, especialmente em áreas críticas como saúde e apoio social, e a sustentabilidade financeira.

O recrutamento de novos colaboradores foi direcionado para a melhoria dos rácios de atendimento e para a qualificação das equipas, refletindo-se num aumento do nível de habilitações académicas e competências técnicas.

A Misericórdia de Lousada continua a fomentar uma cultura de desenvolvimento profissional, disponibilizando oportunidades de progressão e ajustando as condições laborais para permitir a conciliação entre trabalho e formação.



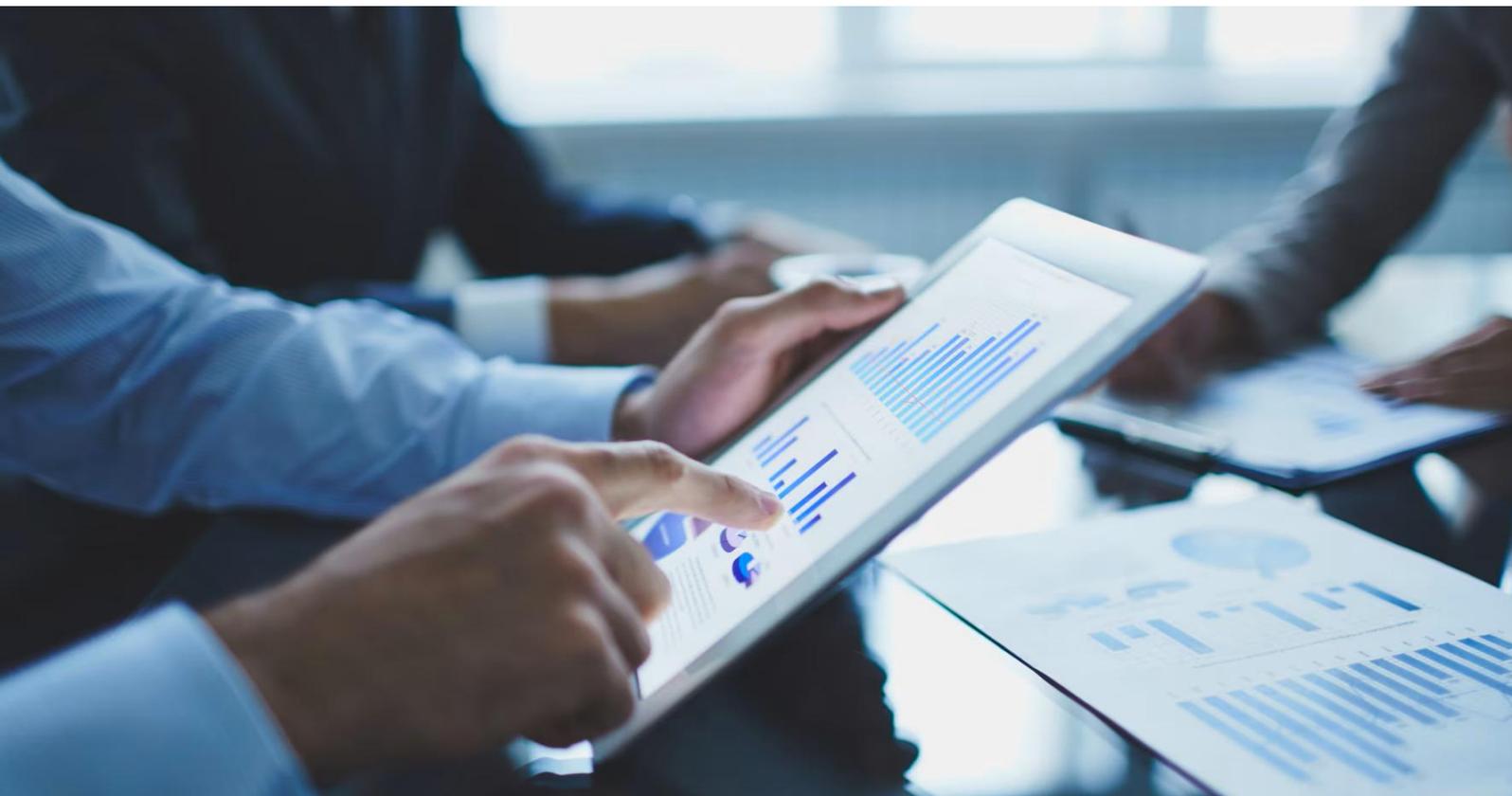
# Desempenho

## Financeiro.

A sustentabilidade financeira da Misericórdia de Lousada em 2024 foi assegurada por uma gestão rigorosa dos recursos, aliando crescimento das receitas a uma estratégia de contenção e otimização dos custos operacionais.

A política de investimento foi direcionada para a modernização de equipamentos, otimização dos processos administrativos e melhoria das condições das infraestruturas, assegurando ganhos de eficiência operacional em todas as seções principais e auxiliares.

A monitorização contínua dos principais indicadores financeiros permitiu a tomada de decisões estratégicas fundamentadas, reforçando a solidez financeira da instituição e garantindo a sustentabilidade a longo prazo.



## Evolução Económica

### Rendimentos e Gastos

Tabela 1 - *Análise das variações nas principais rubricas de Rendimentos*

Rúbrica	2024	2023	Var %
Vendas e Serviços prestados	17.699.220,86€	16.529.362,78 €	7,08%
Subsídios e Legados à Exploração	160.748,38€	150.423,60€	6,86%
	17.859.969,24€	16.679.786,38€	7,08%

Nas principais rubricas de rendimentos, constata-se um aumento de 7,08% face ao ano de 2023, consequência do crescimento da atividade dos serviços da Misericórdia de Lousada. A rubrica de Subsídios e Legados à Exploração teve durante o ano de 2024 um aumento de 6,86%.

Tabela 2 - *Análise da variação das principais rubricas de Gastos*

Rubrica	2024	2023	Var %
Gastos com Pessoal	5.272.452,24€	4.739.530,57€	11,24%
CMVMC	1.803.110,52€	1.697.764,68€	6,20%
FSE	6.906.208,98€	6.716.008,46€	2,83%
Depreciações	915.991,39€	976.120,98€	-6,16%
Outros Gastos	36.866,83€	66.389,86€	-44,47%
	14.934.629,96€	14.195.814,55€	5,20%

As principais rubricas de gastos sofreram na sua generalidade um aumento face a 2023 de 5,20%. Este aumento deve-se em grande medida ao aumento da prestação de serviços, gerado pelo aumento da atividade, assim como, pelo aumento das matérias primas e inflação.

A rubrica Gastos com Pessoal sofreu uma variação significativa (11,24%) na estrutura de gastos, devido ao aumento do salario mínimo nacional e conseqüente aumento á proporção dos outros salários da instituição com o objetivo de manter o distanciamento entre categorias profissionais.

## Análise Económico – Financeira

Em comparação com o ano transato, mantem-se a tendência negativa dos resultados das valências sociais, especialmente nas valências de ERPI e CACIL.

Urge a necessidade de manter a política de racionalização dos custos, já que este setor é fortemente penalizado pela comparticipação de utentes, estagnação dos subsídios e agravamento dos restantes custos de operacionalidade, constante nos últimos anos.

A Misericórdia de Lousada aumentou ligeiramente a autonomia financeira (88,96%), sendo a solvibilidade financeira de 805,82%, traduzindo a solidez financeira da Instituição.

O rácio de liquidez geral apresenta um valor 5,02 evidenciando a capacidade da Instituição de cumprir as suas obrigações recorrendo a ativos de curto prazo.

Tabela 3 - *Indicadores Económico - Financeira*

Indicadores	2024	2023
Rentabilidade do volume de negócios	20,26%	17,26%
Prazo Medio de Pagamentos (dias)	29,90	36,92
Prazo Medio de Recebimentos (dias)	29,35	47,95
Liquidez Geral	5,02	3,53
Autonomia Financeira	88,96	86,27
Solvabilidade Financeira	805,82%	628,27%
Endividamento	11,04%	13,73%

Não se pode também deixar de referir o EBITDA/Vol.Negocios, que foi de 25,45%. Este indicador financeiro permite perceber quanto é que uma organização gera de recursos através das suas atividades operacionais, sem efeitos de impostos ou outros efeitos financeiros.

Este indicador permite analisar o processo como um todo, possibilitando medir a eficiência e a produtividade da organização, um ponto essencial para a organização que pretenda investir.

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

# Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

# Balanço

31 de dezembro de 2024

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	13 065 943,70	13 746 236,51
Ativos intangíveis	5	3 730,22	8 362,58
Investimentos financeiros	10.8	60 614,91	61 341,35
		<b>13 130 288,83</b>	<b>13 815 940,44</b>
Ativo corrente			
Inventários	6	453 405,37	510 508,59
Créditos a receber	10.2	2 592 754,12	3 302 498,98
Estado e outros entes públicos	10.5	14 709,08	30 985,69
Diferimentos	13.2	80 619,06	45 216,37
Outros ativos correntes	10.3	85,30	85,30
Caixa e depósitos bancários	10.1	13 211 539,01	8 581 488,75
		<b>16 353 111,94</b>	<b>12 470 783,68</b>
Total do ativo		<b>29 483 400,77</b>	<b>26 286 724,12</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.3	612 372,87	612 372,87
Resultados transitados	13.3	20 688 769,27	17 835 162,09
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	13.3	1 341 865,40	1 376 090,00
		<b>22 643 007,54</b>	<b>19 823 624,96</b>
Resultado líquido do período		<b>3 585 500,05</b>	<b>2 853 607,18</b>
Total dos fundos patrimoniais		<b>26 228 507,59</b>	<b>22 677 232,14</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8	-	73 716,53
			<b>73 716,53</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	10.4	706 392,26	871 204,32
Estado e outros entes públicos	10.5	141 883,76	145 863,01
Financiamentos obtidos	10.6		199 562,41
Diferimentos	13.2	11 471,32	35 468,19
Outras passivos correntes	10.7	2 395 145,84	2 283 677,52
		<b>3 254 893,18</b>	<b>3 535 775,45</b>
Total do passivo		<b>3 254 893,18</b>	<b>3 609 491,98</b>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<b>29 483 400,77</b>	<b>26 286 724,12</b>

Lousada, 12 de março de 2025

# Demonstração dos Resultados por Naturezas

31 de dezembro de 2024

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	7.1	17 699 220,86	16 529 362,78
Subsídios, doações e legados à exploração	7.1/9	160 748,38	150 423,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1 803 110,52)	(1 697 764,68)
Fornecimentos e serviços externos	13.4	(6 906 208,98)	(6 716 008,46)
Gastos com o pessoal	11	(5 272 452,24)	(4 739 530,57)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(13 346,02)	(15 664,23)
Provisões (aumentos/reduções)	8	44 570,02	(73 716,53)
Aumentos/reduções de justo valor		(726,44)	3 304,68
Outros rendimentos	7.1/13.5	632 780,66	469 904,72
Outros gastos	13.6/13.7	(36 866,83)	(66 389,86)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 504 608,89	3 843 921,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(915 991,39)	(976 120,98)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 588 617,50	2 867 800,47
Juros e gastos similares suportados	13.7	(3 117,45)	(14 193,29)
Resultados antes de impostos		3 585 500,05	2 853 607,18
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		3 585 500,05	2 853 607,18

Lousada, 12 de março de 2024

# Demonstração Alterações Fundos Patrimoniais (Período 2024)

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	612 372,87	20 688 769,27	1 376 090,00		22 677 232,14	22 677 232,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13-3			(34 224,60)		(34 224,60)	(34 224,60)
	7	-	-	(34 224,60)	-	(34 224,60)	(34 224,60)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				3 585 500,05	3 585 500,05	3 585 500,05
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				3 585 500,05	3 551 275,45	3 551 275,45
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados						-	-
Outras operações						-	-
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	11=6+7+8+10	612 372,87	20 688 769,27	1 341 865,40	3 585 500,05	26 228 507,59	26 228 507,59

Lousada, 12 de março de 2024

# Demonstração Alterações Fundos Patrimoniais (Período 2023)

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	612 372,87	17 835 162,09	1 442 190,39		19 889 725,35	19 889 725,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(66 100,39)		(66 100,39)	-66 100,39
	7	-	-	(66 100,39)	-	(66 100,39)	-66 100,39
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				2 853 607,18	2 853 607,18	2 853 607,18
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				2 853 607,18	2 787 506,79	2 787 506,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados						-	-
Outras operações						-	-
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	11=6+7+8+10	612 372,87	17 835 162,09	1 376 090,00	2 853 607,18	22 677 232,14	22 677 232,14

Lousada, 12 de março de 2024

# Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2024

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividade operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		18 666 027,64	16 108 071,58
Pagamento a fornecedores		(8 811 082,89)	(8 485 032,71)
Pagamentos ao pessoal		(5 269 711,19)	(4 691 029,01)
Caixa gerada pelas operações		4 585 233,56	2 932 009,86
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		113 984,28	(191 456,62)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4 699 217,84	2 740 553,24
<u>Fluxos de caixa das atividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(231 066,22)	(798 094,08)
Ativos intangíveis			(2 445,67)
Investimentos financeiros			(3 204,69)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5 400,00	58 455,00
Outros Ativos		120 758,20	115 259,02
Subsídios ao investimento		32 457,02	4 561,59
Juros e rendimentos similares		206 051,86	27 672,29
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		133 600,86	(597 796,54)
<u>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(199 562,41)	(331 701,79)
Juros e gastos similares		(3 206,03)	(14 802,80)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(202 768,44)	(346 504,59)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4 630 050,26	1 796 252,11
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 581 488,75	6 785 236,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.1	13 211 539,01	8 581 488,75

Lousada, 12 de março de 2024

# Anexo

## 1. Identificação da Entidade

---

A “Santa Casa da Misericórdia de Lousada” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”, com sede em “Avenida Major Arrochela Lobo n.º 157, 4620-697 Lousada”. Tem como atividades o “Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento” e “Estabelecimento de Saúde com Internamento”, para que, de acordo com os princípios da doutrina cristã, possa prosseguir os objetivos de satisfazer as carências sociais.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

### 2.1 – Referencial Contabilístico

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, a Normalização Contabilística para entidades do setor não lucrativo foi objeto de alterações substanciais, implicando também a revisão dos modelos de demonstrações financeiras neles previstos. Assim, a partir de 01-01-2016, foi aplicada a Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística aprovada pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com:

##### Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras que podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Exceto o referido na nota 4 quanto à alteração da política contabilística adotada para as participações da Segurança Social, a informação de 2024 é comparável com a informação de 2023.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	4-12
Equipamento de transporte	4-7
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4-8
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as quais se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

#### Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados.

### Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

No entanto, não existindo participações onde a SCML exerça qualquer tipo de influência, os Investimentos Financeiros encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição.

### Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor

de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

#### Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Irmãos / Doadores

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de irmãos / doadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a

Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

#### Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2. Alterações nas Políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos relevantes resultantes de alteração em políticas contabilísticas.

## 4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Vendas / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1 320 716,21					1 320 716,21
Edifícios e outras construções	15 693 110,91					15 693 110,91
Equipamento básico	5 225 825,18	38 331,51				5 264 156,69
Equipamento de transporte	229 052,25		(22 019,00)			207 033,25
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 545 544,51	3 142,40				1 548 686,91
Outros Ativos fixos tangíveis	184 133,26	12 397,62				196 530,88
Investimentos em curso	1 021 498,99	177 194,69				1 198 693,68
<b>Total</b>	<b>25 219 881,31</b>	<b>231 066,22</b>	<b>(22 019,00)</b>	-	-	<b>25 428 928,53</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	5 543 996,44	591 773,80				6 135 770,24
Equipamento básico	4 382 354,67	247 410,76				4 629 765,43
Equipamento de transporte	189 173,40	9 969,72	(22 019,00)			177 124,12
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 264 216,23	45 268,20				1 309 484,43
Outros Ativos fixos tangíveis	93 904,06	16 936,55				110 840,61
<b>Total</b>	<b>11 473 644,80</b>	<b>911 359,03</b>	<b>(22 019,00)</b>	-	-	<b>12 362 984,83</b>
<b>Valor Líquido AFT</b>	<b>13 746 236,51</b>					<b>13 065 943,70</b>

Durante o ano de 2024 deu-se continuidade às obras de remodelação do Piso 2 e do sistema AVAC no edifício mais antigo do hospital e à ampliação da Fisiatria. Encontram-se ainda em fase de projeto a nova ERPI na Quinta da Vinha, a construção de um Bloco de Apoio, a Remodelação do Piso 3 do hospital e a construção de novos Edifícios para Habitação na rua de Santo António (Silvares) e Aveleda. Deu-se ainda início à remodelação da Receção do Internamento e Sala de espera do Bloco, encontrando-se ainda em fase de projeto.

Em Ativo Fixos Tangíveis encontram-se evidenciados dois prédios (quinhão hereditário por 13.050,88 euros). Dos esforços desenvolvidos no sentido de executar essa herança, falta apenas proceder ao seu registo definitivo, o qual apresenta dificuldades relacionadas com a identificação e localização da totalidade dos herdeiros em causa.

Encontram-se evidenciados em Balanço na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis” imóveis no montante de 47.996,41 euros que se referem a prédios rústicos, nomeadamente terrenos/quintas na antiga freguesia de S. Miguel, dos quais ainda não foi possível concluir a atualização das áreas nem os respetivos levantamentos topográficos que continuam em curso.

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Vendas /Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1 336 355,62		(15 639,41)			1 320 716,21
Edifícios e outras construções	15 742 695,16		(46 917,97)	(2 666,28)		15 693 110,91
Equipamento básico	4 992 835,74	157 389,02	(123,50)	75 723,92		5 225 825,18
Equipamento de transporte	302 926,76	39 878,85	(113 753,36)			229 052,25
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 294 081,86	251 462,65				1 545 544,51
Outros Ativos fixos tangíveis	151 320,70	32 812,56				184 133,26
Investimentos em curso	778 271,28	318 951,63		(75 723,92)		1 021 498,99
<b>Total</b>	<b>24 598 487,12</b>	<b>800 494,71</b>	<b>(176 434,24)</b>	<b>(2 666,28)</b>	<b>-</b>	<b>25 219 881,31</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	4 956 865,94	591 746,71	(4 616,21)			5 543 996,44
Equipamento básico	4 095 079,04	287 399,13	(123,50)			4 382 354,67
Equipamento de transporte	288 213,35	14 713,41	(113 753,36)			189 173,40
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 199 839,67	64 376,56				1 264 216,23
Outros Ativos fixos tangíveis	80 100,96	13 803,10				93 904,06
<b>Total</b>	<b>10 620 098,96</b>	<b>972 038,91</b>	<b>(118 493,07)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11 473 644,80</b>
<b>Valor Líquido AFT</b>	<b>13 978 388,16</b>					<b>13 746 236,51</b>

## 5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-					-
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	13 896,97					13 896,97
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	138,14					138,14
<b>Total</b>	<b>14 035,11</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14 035,11</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	5 672,53	4 632,36				10 304,89
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	-					-
<b>Total</b>	<b>5 672,53</b>	<b>4 632,36</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10 304,89</b>
<b>Valor Líquido Ativos Intangíveis</b>	<b>14 035,11</b>					<b>3 730,22</b>

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-					-
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	11 451,30	2 445,67				13 896,97
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	138,14					138,14
<b>Total</b>	<b>11 589,44</b>	<b>2 445,67</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14 035,11</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	1 590,46	4 082,07				5 672,53
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	-					-
<b>Total</b>	<b>1 590,46</b>	<b>4 082,07</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 672,53</b>
<b>Valor Líquido Ativos Intangíveis</b>	<b>11 589,44</b>					<b>8 362,58</b>

## 6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024
Mercadorias	2 381,65			1 690,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	508 126,94	1 717 906,93	28 100,37	451 715,37
Produtos Acabados e intermédios				
Produtos e trabalhos em curso				
...				
<b>Total</b>	<b>510 508,59</b>	<b>1 717 906,93</b>	<b>28 100,37</b>	<b>453 405,37</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				<b>1 803 110,52</b>
<b>Variações nos inventários da produção</b>				

Descrição	Inventário em 01-Jan-2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023
Mercadorias	-	2 567,80		2 381,65
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	434 986,85	1 761 751,59	8 967,03	508 126,94
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>434 986,85</b>	<b>1 764 319,39</b>	<b>8 967,03</b>	<b>510 508,59</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				<b>1 697 764,68</b>
Variações nos inventários da produção				-

## 7. Rendimentos e Gastos

### 7.1. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas		
Prestação de Serviços	17 699 220,86	16 529 362,78
Quotas dos utilizadores		
Quotas e Jóias	3 548,00	4 918,00
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Subsídios, doações e legados à exploração	160 748,38	150 423,60
Juros	218 341,27	52 001,00
Royalties		
Dividendos		
<b>Total</b>	<b>18 081 858,51</b>	<b>16 736 705,38</b>

## 8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Provisões” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023	Aumentos	Diminuições	2024
Impostos	-			-
Garantias a clientes	-			-
Processos judiciais em curso	73 716,53		73 716,53	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-			-
Matérias ambientais	-			-
Contratos onerosos	-			-
Reestruturação	-			-
Outras provisões	-			-
<b>Total</b>	<b>73 716,53</b>	<b>-</b>	<b>73 716,53</b>	<b>-</b>
Provisões específicas do sector	-			-

Descrição	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	73 716,53	-	73 716,53
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>73 716,53</b>	-	<b>73 716,53</b>
Provisões específicas do sector	-	-	-	-

Em 2023 as presentes Provisões foram reconhecidas para fazer face a potenciais responsabilidades decorrentes de dois processos judiciais em curso. Já no decorrer do exercício de 2024 chegou-se a acordo com os autores dos processos.

#### 9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

---

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios e outros apoios das entidades públicas*”:

Descrição	2024	2023
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>11 715,61</b>	<b>38 454,46</b>
Segurança Social		
PT2020		6 299,26
IEFP	11 715,61	20 880,21
IAPMEI		
BPI Fundação LA CAIXA		11 274,99
<b>Outros</b>	<b>149 032,77</b>	<b>111 969,14</b>
Camara Municipal de Lousada	6 000,00	18 745,49
BPI Fundação "La Caixa"	21 765,01	
Doações	121 267,76	93 223,65
<b>Total</b>	<b>160 748,38</b>	<b>150 423,60</b>

#### 10. Instrumentos financeiros

---

##### 10.1. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “*Caixa e depósitos bancários*”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	3 622,20	9 901,72
Depósitos à ordem	3 707 916,81	3 715 105,78
Depósitos a prazo	9 500 000,00	4 856 481,25
Outros		
<b>Total</b>	<b>13 211 539,01</b>	<b>8 581 488,75</b>

É prática da instituição a rentabilização das aplicações e uma rigorosa gestão da tesouraria, os eventuais saldos mais elevados em depósitos à ordem resultam apenas do período necessário à transferência e negociação dos mesmos.

#### 10.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “*Créditos a Receber*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Cientes e Utentes c/c</b>	<b>1 481 001,62</b>	<b>2 203 406,65</b>
Cientes	1 266 259,09	2 028 657,11
Utentes	214 742,53	174 749,54
<b>Cientes e Utentes títulos a receber</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Outras contas a receber</b>	<b>1 111 752,50</b>	<b>1 099 092,33</b>
Devedores por acréscimo de rendimento	1 076 137,40	1 024 233,76
Outros	35 615,10	74 858,57
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>2 592 754,12</b>	<b>3 302 498,98</b>

#### Imparidades de Dívidas a Receber

Descrição	2024	2023
Cientes	(21 840,19)	(26 961,27)
Utentes	(110 915,93)	(92 448,83)
<b>Total</b>	<b>(132 756,12)</b>	<b>(119 410,10)</b>

O valor de “Devedores por acréscimo de rendimentos”, quer em 2024, quer em 2023, refere-se essencialmente a rendimentos relativos a faturação emitida após o final do exercício, mas relativa a serviço operacional integralmente realizado até 31 de dezembro do respetivo ano.

No exercício de 2024 foram reconhecidas perdas por imparidades no valor de 13.346,02 euros, para fazer face a potenciais perdas nas cobranças mais problemáticas. Em 2023 foi reconhecida a incobrábilidade de dívidas de clientes e utentes, no valor de 22.456,21 euros e 17.134,17 euros, respetivamente. Foram ainda reconhecidas perdas por imparidades no valor de 15.664,23 euros.

#### 10.3. Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2024	2023
Outros Activos Financeiros	85,30	85,30
...	-	-
<b>Total</b>	<b>85,30</b>	<b>85,30</b>

#### 10.4. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	706 392,26	871 204,32
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>706 392,26</b>	<b>871 204,32</b>

#### 10.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14 709,08	30 985,69
Outros Impostos e Taxas		
<b>Total</b>	<b>14 709,08</b>	<b>30 985,69</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 600,12	4 074,46
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres	43 858,66	53 379,50
Segurança Social	95 424,98	87 478,10
Outros Impostos e Taxas		930,95
<b>Total</b>	<b>141 883,76</b>	<b>145 863,01</b>

#### 10.6. Financiamentos Obtidos

A rubrica de “*Financiamentos Obtidos*”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários			-	199 562,41		199 562,41
Loações Financeiras			-			-
Contas caucionadas			-			-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>			-			-
Contas bancárias de letras descontadas			-			-
Descobertos Bancários Contratados			-			-
Outros Empréstimos			-			-
<b>Total</b>	-	-	-	199 562,41	-	199 562,41

#### 10.7. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outos Passivos Correntes*”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Cliente/Utentes</b>		57 647,69		46 606,39
<b>Pessoal</b>		32 640,79		22 984,22
Remunerações a pagar		32 640,79		22 984,22
Cauções				
Outras operações				
Perdas por Imparidade acumuladas				
<b>Fornecedores de Investimentos</b>				
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		2 186 133,14		871 047,34
<b>Outros credores</b>		118 724,22		1 343 039,57
				-
<b>Total</b>	-	2 395 145,84	-	2 283 677,52

Os valores de “Credores por acréscimos de gastos”, em 2024 e “Outros Credores”, em 2023, dizem respeito essencialmente a honorários a liquidar a prestadores externos relativos a serviços prestados.

#### 10.8. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “*Investimentos Financeiros*”:

Descrição	2024	2023
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
<b>Investimentos em associadas</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
<b>Outros Investimentos</b>	<b>60 614,91</b>	<b>61 341,35</b>
Outros Métodos	60 614,91	61 341,35
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>60 614,91</b>	<b>61 341,35</b>

#### 11. Benefícios dos empregados

---

Os membros dos órgãos sociais a data de 31 de dezembro de 2024, são seguintes:

##### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

###### Efetivos

Presidente: Leonel Domingos Reis Vieira da Silva

1º Secretário: Fausto Manuel Costa Oliveira

2º Secretário: Hélder Fernando Pacheco Cunha

##### MESA ADMINISTRATIVA

###### Efetivos

Provedor: José Diogo Gonçalves Fernandes

Vice-Provedor: Susana da Conceição Pacheco da Cunha

Tesoureiro: Adão Bernardo Peixoto Xavier

Secretário: António José Bessa Ferreira

Vogal: Manuel Rocha Santos Oliveira

###### Suplentes

Lúcia Maria Neto Oliveira

João Maria Peixoto Magalhães

## CONSELHO FISCAL

### Efetivos

Presidente: Jorge Manuel Fernandes Malheiro Magalhães

1º Vogal: José Maria da Silva Pereira

2º Vogal: Domingos Fernando Silva

### Suplentes

Maria Irene da Silva Monteiro

José Francisco Ferreira

Luis Jaime Bessa Peixoto Pereira

Os membros dos órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração no decorrer do exercício de 2024.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de “269” e em 2023 foi de “261”.

Os gastos incorridos com os funcionários são os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais		-
Remunerações ao Pessoal	4 248 930,03	3 852 742,79
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	13 246,74	3 903,20
Encargos sobre as Remunerações	937 054,09	828 055,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	52 529,90	43 933,79
FGCT		359,09
Outros Gastos com o Pessoal	20 691,48	10 536,10
<b>Total</b>	<b>5 272 452,24</b>	<b>4 739 530,57</b>

## 12. Acontecimentos após data de Balanço

---

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 12-03-2025.

Os irmãos irão pronunciar-se acerca destas Demonstrações Financeiras na Assembleia Geral Anual de aprovação das contas.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

## 13. Outras Divulgações

---

### 13.1. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários da sociedade de Revisores Oficiais de Contas em 2024 e 2023, referem-se apenas a serviços de revisão legal de contas, não tendo por ela sido prestados quaisquer outros tipos de serviços.

A SCML é ré em três processos judiciais que se encontram em curso com valor global de 76.823,10€, movidos por utentes, por negligência médica. Ambos os processos se encontram em fase de produção de prova pericial, sendo, no entanto, que eventuais responsabilidades se encontram transferidas para a seguradora que também intervém nos mesmos.

### 13.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer	80 619,06	45 216,37
...		
<b>Total</b>	<b>80 619,06</b>	<b>45 216,37</b>
Rendimentos a reconhecer	11 471,32	35 468,19
...		
<b>Total</b>	<b>11 471,32</b>	<b>35 468,19</b>

### 13.3. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-Dez-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	612 372,87			<b>612 372,87</b>
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	-			-
Resultados transitados	17 835 162,09	2 853 607,18		<b>20 688 769,27</b>
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 376 090,00		(34 224,60)	<b>1 341 865,40</b>
<b>Total</b>	<b>19 823 624,96</b>	<b>2 853 607,18</b>	<b>(34 224,60)</b>	<b>22 643 007,54</b>

A variação da rubrica “Resultados Transitados”, deve-se à afetação dos resultados do exercício anterior.

Os movimentos ocorridos na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” são originadas pela imputação a subsídios para investimento (afetando o resultado do período), do valor equivalente à utilização (depreciações) dos bens financiados ou doados.

Descrição	Saldo em 31-Dez-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	612 372,87	-	-	612 372,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	16 762 058,92	1 073 103,17		17 835 162,09
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 442 190,39		(66 100,39)	1 376 090,00
<b>Total</b>	<b>18 816 622,18</b>	<b>1 073 103,17</b>	<b>(66 100,39)</b>	<b>19 823 624,96</b>

#### 13.4. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
<b>Subcontratos</b>	<b>1 491 618,45</b>	<b>1 395 635,11</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>4 831 562,29</b>	<b>4 688 985,84</b>
Trabalhos especializados	156 206,46	131 353,77
Publicidade e propaganda	691,26	292,74
Vigilância e segurança	11 404,67	9 874,18
Honorários	4 545 230,24	4 411 108,46
Conservação e reparação	118 029,66	136 356,69
<b>Materiais</b>	<b>46 918,10</b>	<b>57 687,41</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 116,82	13 913,37
Livros e documentação técnica		102,00
Material de Escritório	32 234,89	36 947,97
Artigos para oferta	3 668,25	1 853,05
Outros	7 898,14	4 871,02
<b>Energia e fluidos</b>	<b>454 405,69</b>	<b>484 560,21</b>
Eletricidade	205 983,36	233 220,61
Combustíveis	189 764,08	207 347,99
Água	58 658,25	43 991,61
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>2 536,26</b>	<b>3 645,46</b>
Deslocações e estadas	2 523,96	3 645,46
Transporte de mercadorias	12,30	
<b>Serviços diversos</b>	<b>79 168,19</b>	<b>85 494,43</b>
Rendas e alugueres		160,67
Comunicação	49 332,73	48 815,54
Seguros	14 444,56	14 993,28
Contencioso e notariado	2 498,50	2 108,48
Despesas de representação	143,30	
Limpeza higiene e conforto	503,65	908,40
Outros serviços	12 245,45	18 508,06
<b>Total</b>	<b>6 906 208,98</b>	<b>6 716 008,46</b>

#### 13.5. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*”, nos períodos de 2024 e 2023, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	171 896,91	153 408,31
Descontos de pronto pagamento obtidos	335,30	727,13
Recuperação de dívidas a receber	54,37	
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		371,09
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros a)	126 158,20	128 363,94
Outros rendimentos	115 994,61	135 032,29
Juros	218 341,27	52 001,96
<b>Total</b>	<b>632 780,66</b>	<b>469 904,72</b>

a) Esta rubrica inclui essencialmente renda de imóveis, no montante de 120.758,20 euros.

### 13.6. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*”, nos períodos de 2024 e 2023, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	8 588,74	5 713,79
Descontos de pronto pagamento concedidos	3 266,47	4 211,17
Dívidas incobráveis		7 034,87
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		12 591,09
Outros Gastos	25 011,62	36 838,94
<b>Total</b>	<b>36 866,83</b>	<b>66 389,86</b>

### 13.7. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de “*Juros e gastos similares suportados*”, nos períodos de 2024 e 2023, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	3 117,45	14 161,41
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		31,88
<b>Total</b>	<b>3 117,45</b>	<b>14 193,29</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
<b>Total</b>		
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(3 117,45)</b>	<b>(14 193,29)</b>

Lousada, 12 de março de 2024



Empresa : Santa Casa da Misericórdia de Lousada  
Sede : Av. Major Arrochela Lobo, 157 - 4620-697 LOUSADA  
No Cont.: 500852510  
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Dir.Geral Acção Social, nº 8/83

Ata da Reunião do Conselho Fiscal nº 35/2025 de 12 de março de 2025

Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, na sala de reuniões da Valência Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Lousada com a presença de todos os seus membros, os Excelentíssimos Senhores Dr. Jorge Manuel Fernandes Malheiro Magalhães, José Maria da Silva Pereira Leal e Domingos Fernando Silva Moreira e ainda os Excelentíssimos Senhores Dr. José Diogo Gonçalves Fernandes (Provedor) e o Dr. Jorge Silva (ROC), com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- Análise do Relatório de Atividades e do Relatório de Contas referente ao exercício de 2024. -----

Iniciada a reunião e em cumprimento do disposto na alínea a) do ponto 1 do artigo 30º do Compromisso, foi analisado o Relatório de Atividades em apreciação, o qual se constatou estar de acordo, na sua generalidade, com o Plano de Atividades previsto. -----

De seguida procedeu-se à análise da informação financeira produzida no período em causa, recorrendo para o efeito aos documentos de suporte informativo de âmbito contabilístico e financeiro, bem como os esclarecimentos complementares apresentados pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Foi realizada uma síntese das contas produzidas, tendo sido referidos os elementos relevantes numa análise económica e financeira detalhada. A certificação legal das contas será limpa, sem quaisquer reservas, declarando-se que as peças a apresentar à Assembleia Geral respeitam a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo e transmitem uma imagem fiel e apropriada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lousada.

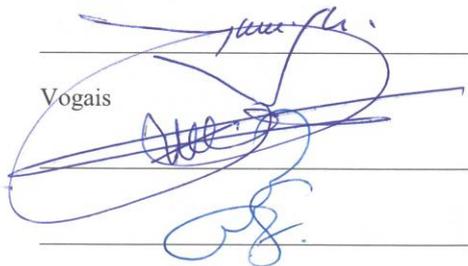
Também se constatou que a informação constante no relatório de atividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e, portanto, somos de parecer que: -----

Evidenciada a clareza e a forma explícita como estão apresentadas, se aprovem as contas que vos são apresentadas. -----

Propôs-se ainda um voto de louvor à Mesa Administrativa pelo rigor, empenho e transparência demonstrados durante o exercício da sua administração e pela dedicação dos seus membros à causa desta Instituição, extensiva a todos os colaboradores e prestadores de serviço. E nada mais havendo a tratar foi a sessão dada por encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada. -----

Presidente

Vogais



**Empresa: Santa Casa da Misericórdia de Lousada**  
**Sede : Av. Major Arrochela Lobo, 157 – 4620-697 LOUSADA**  
**No Cont.: 500852510**  
**Matr.Cons.Reg.Comercial de : Dir.Geral Acção Social nº 8/83**

		<b>Reunião</b>
<b>Ata Mesa Administrativa nº 589</b>		<b>Data: 12/03/2025</b>
<i>Santa Casa da Misericórdia de Lousada</i>		
<b>Local: Valência Hospital</b>	<b>Início: 15h30</b>	<b>Fim: 17h00</b>
		<b>Duração: 1h30m</b>
<b>Presenças:</b>		
<b>Provedor - José Diogo Gonçalves Fernandes; Vice- Provedora - Susana da Conceição Pacheco da Cunha; Tesoureiro - Adão Bernardo Peixoto Xavier; Secretário - António José Bessa Ferreira; Vogal – Manuel Rocha Santos Oliveira;</b>		

#### Temas Tratados

##### Ponto Único:

Apresentação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício Económico de 2024.

#### Decisões Tomadas

##### Ponto Único:

Aberta a sessão, foi realizada uma apreciação global das contas e respetivo relatório de atividades. Feita uma análise global aos mapas apresentados, balanço, demonstração dos resultados e respetivos anexos, apresentando os seguintes resultados:

**Rendimentos:** € 18 537 319,92 € (dezoito milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trezentos e dezanove euros e noventa e dois cêntimos);

**Gastos:** € 14 951 819,87 (catorze milhões, novecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e dezanove euros e oitenta e sete cêntimos);

**Resultado Líquido do Período:** € 3 585 500,05 (três milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e quinhentos euros e cinco cêntimos). Constata-se ainda que o valor das depreciações foi de € 915 991,39 (novecentos e quinze mil, novecentos e noventa e um euros e trinta e nove cêntimos).

Relativamente às rúbricas de rendimentos verifica-se um aumento de 7,08%, consequência do crescimento da prestação de serviços em 7,08% e da rúbrica de Subsídios e Legados à Exploração que teve durante o ano de 2024 uma evolução positiva de 6,86%. As principais rubricas de gastos sofreram na sua generalidade um aumento face a 2023 de 5,20%. Este aumento deve-se em grande medida ao aumento da prestação de serviços, gerado pelo aumento da atividade na generalidade dos serviços, assim como, pelo aumento das matérias primas e da inflação. A rúbrica Gastos c/ Pessoal sofreu uma variação considerável, tendo em conta o aumento da atividade e o incremento do SMN para 820,00 €. Relativamente às restantes rubricas de gastos, encontram-se todas em sintonia com o aumento do volume de negócios e da atividade, mantendo a sua gestão balizada pelas regras/políticas de rigor, contenção e racionalização.

Após a análise das contas do exercício findo, foi deliberado que estas se encontravam em perfeita ordem pelo que, as mesmas foram aprovadas por unanimidade, para serem presentes ao Conselho Fiscal e à Assembleia-Geral de Irmãos convocada para o próximo dia vinte e nove de março às 14h00m com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Leitura, discussão e votação da ata da última Assembleia Geral;
- 2) Apresentação de informação da Mesa Administrativa sobre a Instituição;
- 3) Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2024, bem como do Parecer do Conselho Fiscal;
- 4) Outros assuntos de interesse para a Instituição;
- 5) Leitura e votação da ata em minuta desta sessão para efeitos imediatos.

Assim e nada mais havendo a tratar, foi a sessão dada por encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser devidamente assinada pelos Membros da Mesa Administrativa.

*José Diogo Gonçalves Fernandes*  
*Susana da Conceição Pacheco da Cunha*  
*Adão Bernardo Peixoto Xavier*  
*António José Bessa Ferreira*  
*Manuel Rocha Santos Oliveira*

## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 29.483.400,77 euros e um total de fundos patrimoniais de 26.228.507,59 euros, incluindo um resultado líquido de 3.585.500,05 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Lousada** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

## *Jorge Silva, Neto, Ribeiro, Pinho & Associado, Sroc, Lda.*

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

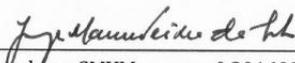
### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

#### **Sobre o relatório de atividades**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Águeda, 14 de março de 2025

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva



ROC n.º 637, registado na CMVM com o n.º 20160283 em representação de

*Jorge Silva, Neto, Ribeiro, Pinho & Associado, Sroc, Lda.*

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



Santa Casa da Misericórdia de Lousada